

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATA**
 - 1.1 – 79ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 3.1 – Comissão
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATAS**



ATA

ATA DA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/9/2017

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Mensagem nº 294/2017 (encaminhando cópia de processo rural a ser alienado ou concedido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário para exame e aprovação da Assembleia Legislativa), do governador do Estado; Ofício nº 5/2017 (encaminhando complementação à documentação que acompanhou o Ofício nº 3/2017 da defensora pública-geral, que trata do Projeto de Lei nº 4.048/2017), da defensora pública-geral; ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 4.638 a 4.643/2017; Requerimentos nºs 8.661 a 8.745, 8.750 a 8.754, 8.756 a 8.763, 8.765 a 8.767, 8.769 a 8.787, 8.789 a 8.802 e 8.804/2017; Requerimento Ordinário nº 3.054/2017 – Proposições Não Recebidas: Projeto de Lei nº 4.637/2017; Requerimentos nºs 8.746 a 8.748 e 8.805/2017 – Comunicações: Comunicações da Comissão de Transporte e dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gustavo Santana e Leonídio Bouças – Homenagem Póstuma – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Palavras do Presidente – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Votação de Requerimentos: Requerimentos Ordinários nºs 3.051 e 3.054/2017; aprovação – Requerimento nº 2.758/2015; discurso do deputado Gustavo Corrêa; Questão de Ordem; discurso do deputado Gustavo Corrêa; Questão de Ordem; votação do requerimento; aprovação – Questão de Ordem – Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos – Palavras do Presidente – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel

– Coronel Piccinini – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Fred Costa – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Tito Torres – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h2min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Braulio Braz, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Arlen Santiago, 3º-secretário, nas funções de 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

MENSAGEM Nº 294/2017

– A Mensagem nº 294/2017 foi publicada na edição anterior.

OFÍCIO Nº 5/2017

Da Sra. Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública-geral do Estado, encaminhando documentação para correção de erro material nas planilhas estimativas dos impactos financeiros do Projeto de Lei nº 4.048/2017. (– Anexe-se ao referido projeto.)

OFÍCIOS

Da Sra. Aline Neves Paiva, presidente da Câmara de Turvolândia, encaminhando cópia da moção de protesto, repúdio e de profunda preocupação relativa ao leilão das usinas de São Simão, Jaguara e Miranda. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Do Sr. Luiz Fernando Alves, prefeito de Itamarandiba, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.031/2017, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, secretário de Fazenda, agradecendo convite para participar de audiência pública da Comissão de Segurança Pública e justificando sua ausência ao referido evento.

Do Sr. Amauri Artimos da Matta, coordenador do Procon-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.774/2017, da Comissão de Minas e Energia.

Do Sr. Antonio Carlos de Oliveira, promotor de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.379/2017, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais.

Da Sra. Carolina Mendonça de Siqueira, promotora de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.859/2016, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais.

Do Sr. Daniel Martins D Albuquerque, chefe da Assessoria de Relações Institucionais da Anatel, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 9.021/2017, do deputado Fábio Cherem. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Eunício Oliveira, presidente do Senado Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.780/2017, do deputado Carlos Pimenta.

Do Sr. Eunício Oliveira, presidente do Senado Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.031/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Eunício Oliveira, presidente do Senado Federal, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 9.283/2017, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Sargento Rodrigues. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Fernanda de Paula Silva e do Sr. João Paulo Fernandes, promotores de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.748/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Dos Srs. Gustavo Gomes Peixoto e Alexander David da Silva, respectivamente, presidente e coordenador de Trânsito da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte de Contagem, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.587 e 6.599/2017, do deputado Anselmo José Domingos.

Dos Srs. Gustavo Gomes Peixoto e Alexander David da Silva, respectivamente presidente e coordenador de Trânsito da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte de Contagem, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.601/2017, do deputado Anselmo José Domingos.

Do Sr. Marcelo Belisário Campos, superintendente do Ibama em Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.401/2017, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Paulo Henrique de Urzeda Mota, superintendente regional da Polícia Rodoviária Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.005/2017, da Comissão de Agropecuária.

Do Sr. Ricardo Mascarenhas Lopes Cancado Diniz, consultor de Relações Institucionais da Telefônica, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 7.990, 7.991 e 7.995/2017, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Wajdi Rashad Mishmish, chefe de gabinete do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.013/2017, da Comissão de Assuntos Municipais.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.638/2017

Declara de utilidade pública a Agência de Desenvolvimento Regional do Circuito Turístico do Vale do Paraopeba, com sede no Município de Brumadinho.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Agência de Desenvolvimento Regional do Circuito Turístico do Vale do Paraopeba, com sede no Município de Brumadinho.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de setembro de 2017.

Deputado Geraldo Pimenta (PCdoB)

Justificação: A Agência de Desenvolvimento Regional do Circuito Turístico do Vale do Paraopeba, sediada no Município de Brumadinho, é uma entidade com personalidade jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos e de duração indeterminada. Fundada em 28 de novembro de 2008, tem por finalidades principais promover a elaboração e coordenar a execução de um plano integrado para o desenvolvimento sustentável do turismo na região abrangida pelos municípios associados, bem como elaborar e/ou promover programas de capacitação profissional de recursos humanos locais que visem a geração de emprego e renda nesses municípios.

Conforme documentação anexada ao processo, comprova-se que os membros de sua diretoria são pessoas reconhecidamente idôneas, que não recebem nenhum tipo de remuneração pelo exercício de suas funções.

Conto com o apoio dos colegas para a aprovação deste projeto, ressaltando a importância dos serviços prestados pela agência.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Desenvolvimento Econômico, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.639/2017

Declara de utilidade pública a Associação Vila Nova das Formigas, com sede no Município de Formiga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Vila Nova das Formigas, com sede no Município de Formiga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de setembro de 2017.

Deputado Gustavo Valadares (PSDB)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.640/2017

Dá a denominação de Guimarães Rosa a Rodovia MG-402.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 2º – Fica denominado Guimarães Rosa a Rodovia MG-402.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 25 de setembro de 2017.

Deputado Durval Ângelo (PT), líder do Governo

Sala das Reuniões, 25 de setembro de 2017.

Deputado Durval Ângelo, Líder do Governo (PT).

Justificação: Este projeto de lei pretende homenagear o escritor João Guimarães Rosa, nascido em 27/06/1908 na cidade mineira de Cordisburgo. Ele foi um dos maiores escritores brasileiros, além de médico, diplomata e novelista.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.641/2017

Dá denominação à ponte sobre o rio São Francisco que liga o município de São Francisco ao município de Pintópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Grande Sertão Veredas a ponte sobre o rio São Francisco que liga o município de São Francisco ao município de Pintópolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 25 de setembro de 2017.

Deputado Durval Ângelo, Líder do Governo (PT).

Justificação: Este projeto de lei pretende homenagear o maior escritor mineiro e sua obra Grande Sertão Veredas.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.642/2017

Declara de utilidade pública a Associação dos Municípios do Circuito Turístico Trilhas do Rio Doce – TRD –, com sede no Município de Governador Valadares.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Municípios do Circuito Turístico Trilhas do Rio Doce – TRD –, com sede no Município de Governador Valadares.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de setembro de 2017.

Deputado Geraldo Pimenta (PCdoB)

Justificação: A Associação dos Municípios do Circuito Turístico Trilhas do Rio Doce é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de duração indeterminada, fundada em 24 de junho de 2002. A associação tem por finalidade assessorar as prefeituras, entidades públicas e privadas que venham a implantar projetos e programas específicos no plano integrado para o desenvolvimento do Circuito das Trilhas do Rio Doce, desde que enquadrados em suas políticas e diretrizes; exercer a representação dos associados perante as organizações estaduais ou federais relacionadas ou não com o setor turístico, procurando defender os interesses coletivos da associação; obter dos municípios que representa a devida proteção e estímulo, necessários para contribuir de forma profissional com o desenvolvimento econômico e social da região; participar da correta execução da política turística regional e servir às autoridades municipais, estaduais e federais como órgão consultivo, quando assim for solicitado.

Conforme a documentação apresentada, os membros de sua diretoria são pessoas reconhecidamente idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Por todo o exposto, conto com o apoio dos colegas para a aprovação deste projeto, ressaltando a importância dos serviços prestados pela associação para o desenvolvimento regional do Rio Doce.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Desenvolvimento Econômico, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.643/2017

Altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 16.566, de 27 de dezembro de 2006, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica, e altera o prazo para cumprimento da destinação prevista no parágrafo único do art. 1º da referida lei.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O imóvel de que trata a Lei nº 16.566, de 2006, localizado no Município de Pavão, passa a destinar-se ao interesse público da população local.

Art. 2º – Fica concedido ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 16.566, de 2006, o prazo de cinco anos contados da data de publicação desta lei para cumprimento da destinação prevista no seu art. 1º.

Art. 3º – O imóvel de que trata a Lei nº 16.566, de 2006, reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo previsto no art. 2º desta lei, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no art. 1º.

Art. 4º – Fica revogado o art. 2º da Lei nº 16.566, de 2006.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de setembro de 2017.

Deputado Leonídio Bouças (PMDB)

Justificação: O projeto em tela tem a finalidade de alterar a destinação do imóvel doado ao Município de Pavão, por força da Lei nº 16.566, de 27/12/2006, bem como possibilitar que seja dado novo prazo para que o município dê a destinação prevista ao imóvel. A medida se faz necessária, haja vista que a destinação primeira do imóvel visava à construção de uma unidade de ensino profissionalizante em agroindústria e pecuária. Todavia, a construção da unidade exigia esforços maiores do que o município podia suportar. Certo é que o município acabou por não dar a destinação prevista ao imóvel no prazo estipulado pela lei. Assim, ao mudar a destinação do imóvel doado, desta feita possibilitando que o município atenda a interesse público local, bem como ampliando o prazo para cumprimento da destinação, estamos adequando a doação à realidade do Município de Pavão.

Esperamos, pois, a anuência dos nobres pares à aprovação desta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 8.661/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 48º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 19/9/2017, em Ibirité, que resultou na apreensão de drogas, balanças e rádios e na detenção de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.662/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na Companhia Independente de Policiamento com Cães da Polícia Militar e no 5º Batalhão de Polícia Militar,

pela atuação na ocorrência, em 19/9/2017, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de quantia em dinheiro, drogas e arma de fogo e na detenção de doze pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.663/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 2ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 17/9/2017, em Taiobeiras, que resultou na apreensão de um menor, de drogas, balança de precisão e pinos vazios utilizados para acondicionar drogas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.664/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona pela atuação na ocorrência, em 15/9/2017, em Contagem, que resultou no cerco e bloqueio de vias, na prisão de 5 acusados de roubos de veículos e na recuperação de um carro de alto valor comercial. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.665/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona pela atuação na ocorrência, em 20/9/2017, em Ibitaré, que resultou na apreensão de materiais para embalagem, liquidificadores para refino de cocaína, dois mil setecentos e oitenta pinos de substância semelhante a cocaína prontos para distribuição, três rádios de comunicação, sendo um na faixa da Polícia Militar, balanças de precisão e uma porção considerável de substância semelhante a cocaína. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.666/2017, do deputado Thiago Cota, em que requer seja formulado voto de congratulações com os servidores municipais de Ouro Branco pela atuação no combate ao incêndio na Serra de Ouro Branco. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 8.667/2017, do deputado Thiago Cota, em que requer seja formulado voto de congratulações com os servidores do Instituto Estadual de Florestas – IEF – pela atuação no combate ao incêndio na Serra de Ouro Branco. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 8.668/2017, do deputado Thiago Cota, em que requer seja formulado voto de congratulações com os funcionários da Empresa Gerdau, situada no Município de Ouro Branco, pela atuação no combate ao incêndio na Serra de Ouro Branco. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 8.669/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 18º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 20/9/2017, em Contagem, que resultou na apreensão de 30 tabletes de maconha; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.670/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 2º Batalhão de Policiamento Especializado da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 20/9/2017, em Betim, que resultou na apreensão de dois menores, armas de fogo e drogas e na detenção de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.671/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Poços de Caldas.

Nº 8.672/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Porteirinha.

Nº 8.673/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Pedralva.

Nº 8.674/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Piranguinho.

Nº 8.675/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Papagaios.

Nº 8.676/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – pedido de providências com vistas à criação de linha de voo para o Município de Janaúba, através do Projeto Voe Minas Gerais.

Nº 8.677/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de São Gotardo.

Nº 8.678/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Seritinga.

Nº 8.679/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de São Sebastião do Rio Verde.

Nº 8.680/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Senador Amaral.

Nº 8.681/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Sapucaí-Mirim.

Nº 8.682/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Santa Rita de Caldas.

Nº 8.683/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Silvianópolis.

Nº 8.684/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Passa-Quatro.

Nº 8.685/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Palmópolis.

Nº 8.686/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Rodeiro.

Nº 8.687/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Paula Cândido.

Nº 8.688/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Pouso Alegre.

Nº 8.689/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Pouso Alto.

Nº 8.690/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Antônio Dias.

Nº 8.691/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Coronel Fabriciano.

Nº 8.692/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Bueno Brandão.

Nº 8.693/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Alfenas.

Nº 8.694/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Borda da Mata.

Nº 8.695/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Soledade de Minas.

Nº 8.696/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Serrania.

Nº 8.697/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de São Sebastião da Bela Vista.

Nº 8.698/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Sabinópolis.

Nº 8.699/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Rosário da Limeira.

Nº 8.700/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Córrego do Bom Jesus.

Nº 8.701/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Caxambu.

Nº 8.702/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Cambuí.

Nº 8.703/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Carmo do Rio Claro.

Nº 8.704/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Conceição do Rio Verde.

Nº 8.705/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Paraisópolis.

Nº 8.706/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Campo do Meio.

Nº 8.707/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Chiador.

Nº 8.708/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Campanha.

Nº 8.709/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Carvalhópolis.

Nº 8.710/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Cordislândia.

Nº 8.711/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Congonhal.

Nº 8.712/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Espinosa.

Nº 8.713/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Delfim Moreira.

Nº 8.714/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Dionísio.

Nº 8.715/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Goianá.

Nº 8.716/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Francisco Sá.

Nº 8.717/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Elói Mendes.

Nº 8.718/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Gonçalves.

Nº 8.719/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Guapé.

Nº 8.720/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Ipuiuna.

Nº 8.721/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Itanhandu.

Nº 8.722/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Itutinga.

Nº 8.723/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Jaguaraçu.

Nº 8.724/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Jacutinga.

Nº 8.725/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Maravilhas.

Nº 8.726/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Itajubá.

Nº 8.727/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Laranjal.

Nº 8.728/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Luminárias.

Nº 8.729/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Mesquita.

Nº 8.730/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Monte Sião.

Nº 8.731/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Materlândia.

Nº 8.732/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Ouro Fino.

Nº 8.733/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Marliéria.

Nº 8.734/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Munhoz.

Nº 8.735/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Marmelópolis.

Nº 8.736/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Consolação.

Nº 8.737/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Wenceslau Braz.

Nº 8.738/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Virgínia.

Nº 8.739/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Turvolândia.

Nº 8.740/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Timóteo.

Nº 8.741/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Três Pontas.

Nº 8.742/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Toledo.

Nº 8.743/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de São Pedro dos Ferros.

Nº 8.744/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Santo Antônio do Itambé.

Nº 8.745/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Senador José Bento.

Nº 8.750/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Albertina.

Nº 8.751/2017, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar o imediato cumprimento da sentença e do acórdão proferidos nos autos do Processo nº 4287221-41.2007.8.13.0145, que reconheceram que o ato de reforma proporcional do Sr. Sylvio Lopes de Abreu está eivado de vício.

Nº 8.752/2017, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com os defensores públicos de Minas Gerais pelos relevantes serviços prestados e, especialmente, por ter sido a Defensoria Pública reconhecida como a instituição mais importante por 92,4% dos brasileiros.

Nº 8.753/2017, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. pedido de informações sobre a razão de não estarem sendo pagos os empréstimos autorizados para os municípios do Norte de Minas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.754/2017, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Rodrigo Júlio dos Santos, vereador da Câmara Municipal de Manhuaçu, pelo brilhante desempenho que vem sendo marca predominante da sua atuação. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 8.756/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja formulada manifestação de aplauso ao Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado de Minas Gerais – Sintramico –, pela passagem dos seus 70 anos; e seja entregue diploma relativo a essa manifestação em audiência com convidados da Comissão do Trabalho. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 8.757/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja formulada manifestação de aplauso ao jornalista Tutti Maravilha pelos 30 anos do programa *Bazar Maravilha*, da Rádio Inconfidência – da Empresa Mineira de Comunicação; e seja entregue diploma relativo a essa manifestação em audiência com convidados da Comissão de Cultura. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 8.758/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 12º Batalhão de Polícia Militar e no Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 21/9/2017, em Capetinga, que resultou na apreensão de armas de fogo, explosivos e munição; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos policiais pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.759/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 9º Batalhão de Policiamento Especializado, pela atuação na ocorrência, em 24/9/2017, em Uberlândia, que resultou na apreensão de cerca de 200kg de maconha; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos policiais pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.760/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Águas Formosas.

Nº 8.761/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Curral de Dentro.

Nº 8.762/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Conquista.

Nº 8.763/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Rubim.

Nº 8.765/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Novo Cruzeiro.

Nº 8.766/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Guaraciaba.

Nº 8.767/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Botumirim.

Nº 8.769/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Bom Jesus do Amparo.

Nº 8.770/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Icarai de Minas.

Nº 8.771/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Itambacuri.

Nº 8.772/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Ipanema.

Nº 8.773/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Itabira.

Nº 8.774/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Japonvar.

Nº 8.775/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Itacambira.

Nº 8.776/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Itaipé.

Nº 8.777/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Goiabeira.

Nº 8.778/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Mata Verde.

Nº 8.779/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Jacinto.

Nº 8.780/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Minas Novas.

Nº 8.781/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Divisópolis.

Nº 8.782/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Divisa Alegre.

Nº 8.783/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Engenheiro Caldas.

Nº 8.784/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Dom Cavati.

Nº 8.785/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Dolores de Guanhanes.

Nº 8.786/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Carai.

Nº 8.787/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Cabeceira Grande.

Nº 8.789/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Catuji.

Nº 8.790/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Guaraciama.

Nº 8.791/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Serranópolis de Minas.

Nº 8.792/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de São João do Paraíso.

Nº 8.793/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Santana do Paraíso.

Nº 8.794/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Santa Maria do Salto.

Nº 8.795/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Salto da Divisa.

Nº 8.796/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Pescador.

Nº 8.797/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Pai Pedro.

Nº 8.798/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Palmópolis.

Nº 8.799/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Ubaporanga.

Nº 8.800/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Taiobeiras.

Nº 8.801/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Sobralia.

Nº 8.802/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Setubinha.

Nº 8.804/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Diretoria-Geral do DEER-MG pedido de providências para a implantação de uma ciclovia, com pista para pedestre, na Rodovia MG-232, ligando Santana do Paraíso a Ipatinga, na altura do Bairro da Gameleira até o Bairro Industrial, numa extensão aproximada de cinco quilômetros.

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 3.054/2017

Dos deputados Fred Costa e Anselmo José Domingos em que requerem a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 491/2015.

Proposições Não Recebidas

– A presidência, nos termos do inciso II, c/c o § 5º, do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI Nº 4.637/2017

Declara de utilidade pública a Associação dos Municípios do Circuito Turístico Trilhas do Rio Doce – TRD –, com sede no Município de Governador Valadares.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Municípios do Circuito Turístico Trilhas do Rio Doce – TRD –, com sede no Município de Governador Valadares.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de setembro de 2017.

Deputado Geraldo Pimenta (PCdoB)

Justificação: A Associação dos Municípios do Circuito Turístico Trilhas do Rio Doce é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de duração indeterminada, fundada em 24 de junho de 2002. A associação tem por finalidade assessorar as prefeituras, entidades públicas e privadas que venham a implantar projetos e programas específicos no plano integrado para o desenvolvimento do Circuito das Trilhas do Rio Doce, desde que enquadrados em suas políticas e diretrizes; exercer a representação dos associados perante as organizações estaduais ou federais relacionadas ou não com o setor turístico, procurando defender os interesses coletivos da associação; obter dos municípios que representa a devida proteção e estímulo, necessários para contribuir de forma profissional com o desenvolvimento econômico e social da região; participar da correta execução da política turística regional e servir às autoridades municipais, estaduais e federais como órgão consultivo, quando assim for solicitado.

Conforme a documentação apresentada, os membros de sua diretoria são pessoas reconhecidamente idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Por todo o exposto, conto com o apoio dos colegas para a aprovação deste projeto, ressaltando a importância dos serviços prestados pela associação para o desenvolvimento regional do Rio Doce.

– A presidência, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO Nº 8.746/2017

Da Comissão de Transporte em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de São Gonçalo do Sapucaí.

– A presidência, nos termos do inciso IV do art. 173, c/c o inciso I do art. 284, do Regimento Interno, deixa de receber as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Nº 8.747/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de Sem-Peixe.

Nº 8.748/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de vias no Município de São Pedro do Suaçuí.

Nº 8.805/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Alvinópolis.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência as comunicações da Comissão de Transporte e dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gustavo Santana e Leonídio Bouças.

Homenagem Póstuma

O presidente – A presidência gostaria de registrar e trazer à Assembleia Legislativa as condolências pelo falecimento do ex-deputado Sebastião Navarro Vieira.

O deputado Navarro, como é carinhosamente conhecido, esteve aqui por um mandato e meio. Ele presidiu várias comissões, entre elas a de Constituição e Justiça, com seu espírito de liderança, de humildade e, acima de tudo, de imensa representatividade do nosso Sul de Minas. Pela sua maneira correta, com fino trato, cativou todos os parlamentares que puderam conviver com ele. Tive a grata satisfação de tê-lo aqui por um mandato e meio. Ele se desligou da Assembleia quando renunciou para assumir como prefeito de Poços de Caldas. Neste momento, quero trazer nosso abraço carinhoso a todos os familiares do caríssimo Sebastião Navarro. Apresento a sua esposa e aos seus filhos profundos votos de condolências. Sebastião Navarro, com certeza, sempre será lembrado por todos. Por essa razão, não poderia deixar de pedir que façamos 1 minuto de silêncio pela memória desse grande parlamentar que foi Sebastião Navarro Vieira.

Da mesma forma, tomamos conhecimento também do falecimento do ex-deputado Domingos Lanna. Gostaria de oferecer nossas condolências à família do ilustre deputado, que muito fez pelo nosso Estado de Minas Gerais.

– Procede-se à homenagem póstuma.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que o parecer prévio do Tribunal de Contas e os documentos referentes ao processo de prestação de contas do governador do Estado relativas ao exercício de 2015 foram publicados no *Diário do Legislativo* de hoje. A presidência informa, ainda, que o prazo de 10 dias para requerimento de informações ao Poder Executivo e ao Tribunal de Contas terá início amanhã, dia 27 de setembro, encerrando-se no dia 6 de outubro.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n°s 8.671 a 8.745, 8.750, 8.760 a 8.763, 8.765 a 8.767, 8.769 a 8.787, 8.789 a 8.802 e 8.804/2017, da Comissão de Transporte, e 8.751 e 8.752/2017, da Comissão de Administração Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pela Comissão de Transporte – aprovação, na 13ª Reunião Ordinária, em 19/9/2017, dos Requerimentos n°s 7.348/2017, do deputado Noraldino Júnior, 7.448, 7.449 e 7.451 a 7.460/2017, da deputada Geisa Teixeira, 7.631 a 7.633/2017, do deputado Douglas Melo, 8.106/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, e 8.136/2017, do deputado Bosco (Ciente. Publique-se.).

Votação de Requerimentos

O presidente – Requerimento Ordinário n° 3.051/2017, do deputado João Magalhães, em que solicita seja o Projeto de Lei n° 4.616/2017 distribuído à Comissão de Administração Pública para parecer. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento Ordinário n° 3.054/2017, dos deputados Fred Costa e Anselmo José Domingos, em que solicitam a retirada de tramitação do Projeto de Lei n° 491/2015, que recebeu das Comissões de Segurança Pública e de Desenvolvimento Econômico parecer pela aprovação. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Arquite-se.

Requerimento n° 2.758/2015, da Comissão de Minas e Energia, em que solicita à presidente da Copasa-MG informações sobre os programas dessa empresa destinados à recuperação e à preservação das nascentes em todos os municípios que exploram os serviços de abastecimento de água e de saneamento no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Corrêa.

– O deputado Gustavo Corrêa profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Não depositou, deputado. Hoje estiveram na Comissão de Segurança Pública dois policiais civis, na mesa, que não receberam ainda.

– O deputado Gustavo Corrêa profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questão de Ordem

O deputado Bonifácio Mourão – Apartei V. Exa. com muito prazer, principalmente porque V. Exa está expressando uma verdade que o povo mineiro já está sentindo. Essa promessa de asfalto para todos os municípios de Minas Gerais é eminentemente eleitoreira. A essa altura, não faz o menor sentido prometer asfalto para todos os municípios de Minas Gerais, sendo que no ano que vem teremos eleições para o governo do Estado e para senadores e deputados. Então, é uma promessa visivelmente eleitoreira. Mas, mais do que isso, temos notícia de que o governo vai doar massa asfáltica. Fui prefeito e sei que, se ele doa massa asfáltica, a prefeitura arca com 70% do serviço; o governo contribui com apenas 30%. Enquanto isso, deputado Gustavo Corrêa, sei que V. Exa. certamente vai abordar o assunto, mas na saúde os municípios estão com uma carência de praticamente R\$2.000.000.000,00, valor que o Estado está devendo a eles e seria investido em situações de urgência e emergência em sua quase totalidade. Nem falemos em medicamentos, cirurgias eletivas, hospitais e Upas sendo fechadas, etc. Na mesma situação está o transporte escolar: o governo não repassa os recursos; de um total de oito prestações, por exemplo, repassou apenas três. E assim é em tantas outras coisas. Então, se governar, administrar é, sobretudo, eleger prioridades – porque não temos como fazer tudo o que o povo merece e de que precisa –,

será que o governo entende que a promessa de asfalto para esses municípios é prioritária sobre a saúde, a educação, a segurança pública e assim por diante? Muito obrigado, deputado.

– O deputado Gustavo Corrêa profere discurso, que será publicado em outra edição.

O presidente – Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Questão de Ordem

O deputado Bonifácio Mourão – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, primeiramente quero agradecer aos deputados Gustavo Corrêa e Cristiano Silveira pela oportunidade que me dão. Sei que, ao fazerem isso, também estão solidários ao que vou dizer neste momento: o falecimento do eminente e saudoso colega Sebastião Navarro. Fui colega dele aqui, no Plenário, por muitos anos, então posso dar um testemunho muito seguro do que vou falar a respeito dele. Para mim, foi um dos deputados mais equilibrados, mais sensatos, mais trabalhadores e mais competentes da história da Assembleia Legislativa. Não tenho dúvida de que ele se alinha entre os melhores deputados que já passaram por esta Casa. Era um deputado inteiramente discreto, sério, trabalhador. Foi deputado estadual, deputado federal, prefeito da sua bela cidade, Poços de Caldas, e nos deixava exemplos e mais exemplos aqui de cidadania, de equilíbrio, de representação com honradez de sua região e deste estado. Também foi secretário de Estado, mas nos deixou muito cedo. Estamos aqui para lamentar não só por nós, pois tenho certeza de que por todos aqueles deputados que o conheceram, inclusive V. Exa., presidente, que foi ao sepultamento dele. Conforme V. Exa. sabe, quis ir, mas estava em Governador Valadares e fiquei impedido de chegar a tempo. Mas quero deixar aqui registrado não só a minha admiração pelo Sebastião Navarro, como também o meu aplauso por toda a sua vida, como homem, como político, como pai de família, como exemplo para todos nós; e deixo igualmente os meus sinceros sentimentos pela perda desse grande homem público de Minas Gerais e do Brasil. Quero dirigir as nossas palavras, com nossos sentimentos, a toda a sua família. Peço a Deus que lhe dê, como já deve lhe ter dado, o descanso eterno e, para a sua família, força para aceitar os desígnios de Deus. Todos nós estamos sujeitos a uma situação como essa. Com certeza, a sua família vai saber entender os desígnios de Deus e continuar trabalhando e honrando a memória de Sebastião Navarro.

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que está encerrada, nos termos do art. 274 do Regimento Interno, a discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.468/2017, uma vez que permaneceu em ordem do dia por quatro reuniões.

Encerramento

O presidente – A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 27, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 81ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/9/2017

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 3.014/2015, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre a situação da Barragem de Irapé, que se encontra com baixo volume de água e apresenta processo preocupante de assoreamento decorrente do grande volume de areia que chega pelo Rio Jequitinhonha e de áreas de garimpo existentes na região de Diamantina. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.391/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente pedido de informações sobre a situação dos licenciamentos ambientais referentes às obras de duplicação da Rodovia BR-381. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 39/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcílio de Sousa Magalhães para o cargo de diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 40/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Rodrigo de Melo Teixeira para o cargo de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 41/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria de Fátima Chagas Coelho para o cargo de diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 42/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Djaniro Silva para o cargo de diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 43/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Ronan Edgard dos Santos Moreira para o cargo de diretor-geral da Loteria do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 45/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Elizabeth Dias Munaier Lages para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 46/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcelo Fernandes Siqueira para o cargo de presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.468/2017, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –,

ao amparo do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.457, que concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado referente à data-base de 2016 e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.478, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia aos servidores das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica que menciona, nos casos que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.484, que concede anistia às praças da Polícia Militar de Minas Gerais excluídas da corporação em virtude do movimento reivindicatório ocorrido em junho de 1997. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.562, que cria fundos estaduais de incentivo e de financiamento de investimento e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.563, que institui o Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos itens 2 “g”, 37, 43, 88, 93 “b”, 93 “c” e 102 e pela rejeição do veto ao item 93 “i”, todos do Anexo I da proposição de lei.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.800/2015, do deputado João Alberto, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alfenas – Apae de Alfenas – o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.086/2017, do deputado Cássio Soares, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 17.702, de 4/8/2008, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alpinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.785/2016, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação do trecho da Rodovia MG-259 que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Sardoá. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 28/9/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 8.135, 8.137, 8.138 a 8.143, 8.145 e 8.146/2017, do deputado Bosco; 8.150 a 8.153, 8.155, 8.157 a 8.162/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 8.234/2017, do deputado Braulio Braz; 8.235/2017, da Comissão de Participação Popular; 8.248/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes; 8.290, 8.299 e 8.300/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 8.318 a

8.322/2017, da deputada Geisa Teixeira; 8.365 e 8.366/2017, do deputado Bosco; 8.416/2017, do deputado Duarte Bechir; 8.461/2017, do deputado Braulio Braz; e 8.659/2017, do deputado Gustavo Santana.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 28/9/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 28/9/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 4.053/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.119/2017, do deputado Bosco; 4.205/2017, do deputado Roberto Andrade; 4.206/2017, do deputado Emidinho Madeira; 4.236 e 4.311/2017, da deputada Rosângela Reis; 4.320/2017, do deputado Arlen Santiago; e 4.471/2017, do deputado Sargento Rodrigues.

Requerimentos n°s 8.557/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 8.639/2017, do deputado Luiz Humberto Carneiro.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Econômico

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Braulio Braz, Fábio Avelar Oliveira e Ivair Nogueira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 28/9/2017, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a decisão da Codemig de não renovar o contrato de cessão de uso do Parque das Águas, firmado com o Município de Caxambu, bem como discutir com todas as partes envolvidas possibilidades para reverter tal situação e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2017.

Roberto Andrade, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.746/2016

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Combate ao Câncer Metástase do Amor, com sede no Município de Bom Despacho.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 12/8/2016 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.746/2016 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Combate ao Câncer Metástase do Amor, com sede no Município de Bom Despacho.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 24 veda a remuneração de seus diretores, conselheiros e associados; e o art. 35 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade sem fins econômicos, que tenha, preferencialmente, o mesmo objetivo da organização dissolvida.

Embora não haja óbice à tramitação da proposição em exame, apresentamos, ao final deste parecer, a Emenda nº 1, que substitui, no art. 1º, a expressão “Associação de Combate ao Câncer Metástase do Amor” pela expressão “entidade Metástase do Amor”, com a finalidade de adequar o nome da entidade ao previsto no art. 1º de seu estatuto constitutivo.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.746/2016 com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Substitua-se, no art. 1º, a expressão “Associação de Combate ao Câncer Metástase do Amor” pela expressão “entidade Metástase do Amor”.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2017.

Leonídio Bouças, presidente e relator – Isauro Calais – Bonifácio Mourão – Hely Tarquínio – Roberto Andrade.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.127/2017**Comissão de Agropecuária e Agroindústria****Relatório**

De autoria do deputado Ivair Nogueira, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Apicultores de Capelinha – Apiac –, com sede no Município de Capelinha, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.127/2017 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Apicultores de Capelinha – Apiac –, com sede no Município de Capelinha.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover a fixação do homem no campo, por meio da melhoria de sua qualidade de vida; divulgar os produtos apícolas e seus derivados; fomentar entre os agricultores o uso das abelhas como agentes polinizadores, proporcionando o aumento da produção agrícola e a perpetuação de espécies vegetais; apoiar medidas e campanhas que visam a proteção do meio ambiente; promover a capacitação e o incentivo ao exercício da atividade apícola por meio de cursos, palestras e treinamentos para proporcionar alternativa de trabalho para a família rural; integrar os apicultores ao mercado, por meio da venda coletiva dos produtos derivados da apicultura; e fomentar o estudo e a difusão da apicultura racional.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação dos Apicultores de Capelinha – Apiac –, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.127/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 21 de setembro de 2017.

Gustavo Santana, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.316/2017**Comissão de Agropecuária e Agroindústria****Relatório**

De autoria do deputado Durval Ângelo, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Cinco Córregos – ACC –, com sede no Município de Itanhomi, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.316/2017 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Cinco Córregos – ACC –, com sede no Município de Itanhomi.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover a segurança alimentar e nutricional; realizar estudos, pesquisas, cursos e palestras para a divulgação de informações e conhecimentos técnico-científicos visando a capacitação profissional de seus associados; desenvolver programas de desenvolvimento de atividades agrícolas; promover a educação básica e profissional por meio do Pronatec Rural, do Sebrae, da Emater e da Embrapa; difundir programas ambientais de preservação de nascentes e de recursos hídricos; incentivar o desenvolvimento regional sustentável; e celebrar convênios com instituições públicas e privadas, visando o desenvolvimento sustentável.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela associação em prol dos produtores rurais das comunidades dos Córregos Miraval, Ipiranga, Moinho, Cachoeirão e Valão, no Município Itanhomi, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.316/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2017.

Gustavo Santana, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13/2015

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do deputado Cabo Júlio, a proposição em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 44/2013, “dispõe sobre a readaptação dos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, para o exercício de funções e atividades compatíveis com sua incapacidade total ou parcial”.

A matéria foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, Administração Pública, Segurança Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para delas receber parecer.

O projeto foi preliminarmente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública, por sua vez, aprovou a proposição na forma do substitutivo da comissão precedente. Por fim, a Comissão de Segurança Pública opinou pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou.

Vem agora a matéria a esta Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei sob análise visa, em seu texto original, assegurar aos militares estaduais julgados definitivamente incapazes para o exercício de sua atividade-fim nas instituições às quais servem a possibilidade de readaptação ao serviço, que poderá ocorrer por iniciativa da instituição ou a pedido do servidor. Ademais, será respeitado o critério da incapacidade total ou parcial, promovendo-se o aproveitamento máximo, real e prático da capacidade remanescente do indivíduo. O militar terá o prazo de seis meses para requerer a readaptação. Caso contrário, será reformado *ex-officio* nos termos da legislação em vigor.

A proposição determina também que compete à Junta Central de Saúde verificar a perda da condição física ou mental do militar para o exercício das atribuições específicas de seu cargo. Além disso, são previstos dois processos de readaptação, quais sejam, o provisório e o definitivo, assim como especificados seus procedimentos. Por fim, cumpre destacar que o projeto assegura ao militar readaptado a progressão e a promoção em sua carreira, e, caso não seja possível a readaptação definitiva, o servidor será declarado inválido e reformado com seus direitos e vantagens assegurados.

Segundo o autor da proposição, o militar que tem sua capacidade laborativa reduzida, além de não contar com previsão legal para sua reabilitação nos moldes propostos, depara-se com um tratamento que viola sua dignidade e agrava seu estado de saúde. Ademais, inexistindo uma política governamental nesse sentido, será necessária a transferência do militar para a inatividade, o que provoca redução do efetivo das corporações e fragiliza os sistemas de atendimento às emergências da população e de prevenção e repressão à criminalidade e à violência.

Por outro lado, nos termos do projeto, o autor destaca que haverá benefício para a administração pública, que reduzirá despesas com o crescimento abrupto e inesperado da folha de pessoal inativo, assim como vantagem para os policiais e bombeiros militares, que terão condições de prosseguir na carreira com seus direitos e vantagens. Outro ganho social e econômico é a previsão de retorno à atividade do militar reformado por incapacidade definitiva e que estiver com idade compatível para o exercício de suas funções. Basta que ele requeira à Junta Central de Saúde uma avaliação de suas condições laborais para proceder à reversão e readaptação.

Em sua análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça não verificou óbices à tramitação da matéria, ressaltando que o projeto pretende dar concretude ao princípio constitucional da igualdade. Destacou, ainda, que inexistente vedação constitucional do Estado para tratar da matéria mediante lei, razão pela qual a proposta deve ser apreciada por esta Casa Legislativa, nos termos do que dispõe o art. 61, XIX, da Constituição Mineira. Por fim, no intuito de aperfeiçoar a redação do projeto, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou o Substitutivo nº 1.

A Comissão de Administração Pública, em sua análise, frisou que o processo de reabilitação do qual trata o projeto contribui para que a pessoa atinja uma aceitável qualidade de vida, respeitando-se aspectos de dignidade, autoestima e independência. Uma vez que a proposição em apreço propõe o enfrentamento legislativo da questão no meio militar estadual, fortalecendo o exercício da cidadania por aqueles acometidos de incapacidade física decorrente do desempenho das funções de segurança pública, a Comissão de Administração Pública acompanhou o voto da comissão que a antecedeu.

A Comissão de Segurança Pública considerou a proposição meritória, visto que as atividades desempenhadas pelos militares necessariamente envolvem riscos potenciais. Além disso, a comissão frisou que a matéria vai ao encontro de preceitos nacionais de proteção e defesa dos direitos, revestindo-se de importante diretiva para ações de readaptação profissional no Estado. No intuito de aperfeiçoar a redação original do projeto e os comandos do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Segurança Pública apresentou o Substitutivo nº 2.

Do ponto de vista financeiro e orçamentário, escopo desta comissão, a implementação das medidas constantes no projeto não implica despesas para o erário, pois visam sistematizar os procedimentos de readaptação de policiais e bombeiros militares ativos que tiveram suas capacidades laborais reduzidas para o exercício de suas funções. Cumpre frisar também o benefício social do

projeto, visto que o servidor, em vez de ser transferido à inatividade, o que reduziria conseqüentemente o efetivo militar, poderá ser readaptado, colaborando ainda para a manutenção da segurança pública dos cidadãos. Isso posto, e considerando os aprimoramentos realizados pela Comissão de Segurança Pública, achamos conveniente acolher o projeto na forma do Substitutivo nº 2.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 13/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, apresentado pela Comissão de Segurança Pública, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2017.

Tiago Ulisses, presidente – Ulysses Gomes, relator – Carlos Henrique – Cássio Soares – Felipe Attiê.



COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

– O presidente despachou, em 26/9/2017, as seguintes comunicações:

Do deputado Dalmo Ribeiro Silva em que notifica o falecimento do Sr. Sebastião Navarro Vieira Filho, ocorrido em 23/9/2017, em Campinas. (– Ciente. Oficie-se.)

Do deputado Gustavo Santana em que notifica o falecimento do Sr. João Augusto Fernandes, ocorrido em 24/9/2017, em Águas Formosas. (– Ciente. Oficie-se.)

Do deputado Leonídio Bouças em que notifica o falecimento de Samira Isabela Dias, ocorrido em 24/9/2017, em Bocaiúva. (– Ciente. Oficie-se.)



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 25/9/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Aguinaldo da Silva Batista, padrão VL-22, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando Rafael Sanches da Silva, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cabo Júlio;

nomeando Luís Carlos Pereira, padrão VL-22, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 78/2017

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 135/2017

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 11/10/2017, às 9h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de materiais de áudio e vídeo.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado,

das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 27 de setembro de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**ERRATAS****ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 20/9/2017**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 20/9/2017, na pág. 16, no título, onde se lê:

“11ª”, leia-se:

“12ª”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 27/9/2017, na pág. 78, onde se lê:

“nomeando Alexandre Nascimento Santo”, leia-se:

“nomeando Alexandre Nascimento Santos”.